

EXPANSÃO, DIFERENCIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Cláudio Barbosa da Costa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Doutorando Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Embora se constitua em fenômeno, quase bicentenário, não é demais insistir sobre a importância econômica, política, cultural e ideológica da educação superior na sociedade brasileira. Desde a criação de instituições isoladas, em fins do período colonial, nos princípios do século XIX, até o presente momento, ela veio se constituindo no interior dos inúmeros projetos de modernização, em disputa no território nacional. Em seus primórdios, sediada nas principais cidades brasileiras, localizadas no litoral e em áreas de mineração, a educação superior foi lentamente, ainda que de forma seletiva, se disseminando pelo território nacional. Filha da cidade e de uma sociedade de classes, em sua gênese, destinava-se ao preparo e formação das elites do império.

Entretanto, foi na primeira metade do século passado, que efetivamente, os diversos projetos de criação de universidades foram ganhando concretude. Fundada sob o signo do modelo humboldtiano, com base na perspectiva liberal de formulação de um saber desinteressado, mas fazendo parte do próprio processo de construção do Estado Nacional, o seu desenvolvimento transcorreu no leito da crescente vitória da cidade sobre o campo, numa base territorial em contínuo e acelerado movimento de urbanização. Consolidada nos marcos do aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho a educação superior apresenta-se, com maior ou menor intensidade no urbano brasileiro, tanto nas metrópoles e suas respectivas regiões metropolitanas quanto em pequenas e médias cidades. A sua afirmação se processou, decerto, no movimento contínuo e ampliado da reprodução capitalista que engendrou processos articulados de modernização do Estado, de formação da nação e do espaço nacional.

Esta evolução, vista sob o ângulo de sua expansão, de sua diferenciação e de sua diversificação, traduz-se por sua disseminação territorial. A manifestação deste fenômeno se expressa no território nacional através da presença de uma vasta e complexa estrutura material representada por numerosos objetos geográficos denominados de cidades universitárias, *campi* universitários, centros universitários e faculdades isoladas. A existência destes objetos geográficos distribuídos, qualitativa e quantitativamente, de maneira desigual ao longo da rede urbana brasileira resultou de processos históricos verificados no país, no decorrer do último século, em particular aqueles relacionados às transformações econômicas, sociais e espaciais, em curso no Brasil, desde os anos de 1930.

A literatura sobre o ensino superior no Brasil, põe em evidência esta expansão e diversificação, enfatizando seu caráter morfológico mais geral, ao mesmo tempo, em que deslinda

a trama dos projetos e dos agentes sociais responsáveis por este processo. Esta perspectiva acabou por consolidar um campo específico de reflexão sobre o tema, fundado num recorte disciplinar histórico e sociológico, onde se procura evidenciar os determinantes econômicos, sociais, políticos, ideológicos e histórico-culturais, tanto do ensino superior como um todo quanto de instituições específicas. O esforço analítico desenvolvido neste campo, grosso modo, se define pela tentativa de compreensão das experiências, das lutas e dos projetos envolvidos no processo de constituição da educação superior buscando na densa trama do processo social o sentido da ação dos agentes envolvidos: o Estado, a Igreja, capitais privados, professores e estudantes.

O espaço social que emerge desta construção teórica, inclusive, questões fundamentalmente geográficas, como aquelas ligadas a expansão, diferenciação e a diversificação do ensino superior, é destituído de materialidade. Nesta perspectiva o espaço se constitui apenas como o chão, receptáculo dos processos.

A realização de um estudo geográfico sobre o ensino superior requer, no entanto, face à ausência na literatura geográfica de uma abordagem sistemática e aprofundada sobre o tema, a explicitação de um referencial teórico e metodológico, que justifique, por um lado, a sua necessidade, e de outro, que aponte as possibilidades de sua efetivação. Antes, porém, é necessário afirmar o espaço como dimensão do ser social, o que torna frágil e incompleta a explicação das sociedades humanas, se abstraído da reflexão. Diríamos, inclusive, que a reflexão orientada pela categoria espaço introduz profundas alterações nas formas de conhecimento e de intervenção sobre o real, uma vez que é portadora de determinadas problemáticas, como a do contínuo, do extenso, do desigual e da história feita presente. Posto nestes termos, teoricamente o conceito que comparece para densificar a nossa análise sobre o objeto de estudo é o de território, considerado, aqui, como o espaço usado, isto é, o espaço trabalhado e praticado e que, ao se constituir como herança se oferece como recurso desigualmente favorável à ação. Neste sentido, é o próprio território que gera necessidades de educação superior, imprimindo lógica ao ritmo de crescimento, a distribuição espacial, a estrutura interna e condicionando a ação, cada vez mais racional e instrumental, dos agentes sociais responsáveis pela produção da geografia do ensino superior.

O presente trabalho se propõe a refletir sobre o papel do território como condição para a expansão, diferenciação e diversificação do ensino superior, a partir de alguns aspectos desse fenômeno, presentes na escala do Estado do Rio de Janeiro.

I – Diferenciação e Diversificação do ensino superior no Rio de Janeiro

Fontes oficiais informam que no ano de 1999 os alunos matriculados em instituições de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, totalizavam 265.993, assim distribuídos ao longo do território: 166.981 na cidade do Rio de Janeiro e 98.098 no “interior”, ou seja, 62,8%, na capital estadual, e os 37,2% restantes, em outros municípios do Estado. No que se refere aos alunos

matriculados, as capitais estaduais respondem, em relação ao conjunto do espaço nacional por 46,4%, na região sudeste por 42,4%, sendo que em São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, esses percentuais são de, respectivamente, 38,5%, 44,1% e 30,8%. Há, portanto, um predomínio de matriculados em ensino superior em locais fora das capitais estaduais, o que não acontece no Estado do Rio de Janeiro. Tal fenômeno indica, decerto, uma certa especificidade da metrópole carioca no contexto do território estadual. No ano de 1999, dos 92 municípios do Estado, o ensino superior encontrava-se presente em 21 deles: Angra dos Reis, Barra Mansa, Barra do Piraí, Belford Roxo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Itaperuna, Macaé, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, Rio de Janeiro, Teresópolis, Valença e Volta Redonda. É, porém, na escala regional intra-estadual, que é possível identificar, com mais clareza a natureza da distribuição do ensino superior, que se caracteriza pela enorme concentração na cidade do Rio de Janeiro e, particularmente, em sua região metropolitana, em que pese a sua presença em todas as principais cidades do Estado. Os dados, abaixo apresentados, evidenciam o fenômeno, mostrando que, em 1999, cerca de 86% das matrículas, estavam localizadas na RMRJ.

Tabela I- Número de matrículas, instituições e docentes do ensino superior, segundo Região de Governo do Estado do Rio de Janeiro.1999

Regiões	RMRJ	Médio Paraíba	Serrana	Norte Fluminense	Noroeste Fluminense	Centro-Sul Fluminense	Baixadas Litorâneas	Baía da Ilha Grande
Matrículas	228.052	11.819	10.052	8.445	3.016	2.695	662	338
Instituições	74	9	6	7	2	2	1	1
Docentes	21.318	1.093	955	531	46	285	37	13

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.2000. CIDE/RJ.

A distribuição das instituições se verifica, também, de modo muito parecido com o que ocorre com as matrículas. De um total de 101 instituições de natureza bastante diferenciada, 57 delas estavam localizadas na capital, o que corresponde ao percentual de 56,43%, enquanto 43,57%, no território do antigo Estado do Rio de Janeiro. Na RMRJ, eram 74 instituições, o que significava 73,27% das unidades de educação superior, incorporando 88% do total dos docentes em exercício.

Quanto à sua natureza legal (universidades, centros universitários, faculdades integradas e estabelecimentos isolados) a distribuição espacial se verificava da seguinte forma:

Tabela II- Número de matrículas e de docentes, pela natureza da instituição de ensino superior, segundo Região de Governo do Estado do Rio de Janeiro.1999

Município do Rio de Janeiro / Regiões	Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Estabelecimentos Isolados		
	Nº	Matrículas	Docentes	Nº	Matrículas	Docentes	Nº	Matrículas	Docentes	Nº	Matrículas	Docentes
Metropolitana	15	168.964	16.921	5	19.224	1.201	8	14.429	781	46	25.435	2.415
Médio Paraíba	-	1.204	-	2	5.800	573	1	2.435	319	6	2.380	201
Serrana	1	6.492	335	-	-	-	1	1.592	292	4	1.968	328
Norte Fluminense	1	4.401	531	-	-	-	-	-	-	6	4.044	382
Centro-Sul Fluminense	1	2.695	285	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixadas Litorâneas	-	106	-	-	-	-	-	-	-	1	556	37
Baía da Ilha Grande	-	258	-	-	-	-	-	-	-	1	80	13
Noroeste Fluminense	-	2.183	-	-	-	-	-	-	-	2	833	46

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro.2000. CIDE/RJ.

Assim, as instituições de ensino superior, organizadas como universidades, constituem apenas 17,8% das instituições, incorporando 186.303 alunos e 18.072 docentes, o que corresponde a 70,3% do total de alunos matriculados e a 74,4% do total de docentes no Estado do Rio de Janeiro. Apresentam-se concentradas na metrópole carioca e em sua região metropolitana, que sediava 15 instituições desta natureza, respondendo por 74% dos alunos matriculados e por, cerca de 80% dos docentes em exercício na RMRJ.

Salienta a grande diferenciação institucional, representada por 7 centros universitários, 10 faculdades integradas e, principalmente, por 56 estabelecimentos isolados. Excetuando a RMRJ, o “interior” fluminense apresenta 27 IES: 3 universidades (Campos dos Goytacazes, Petrópolis e Vassouras), 2 centros universitários (Barra do Piraí e Volta Redonda), 2 faculdades integradas (Teresópolis e Valença) e 20 estabelecimentos isolados, localizados em 10 municípios (Angra dos Reis, Barra do Piraí, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende e Volta Redonda).

Fora da região metropolitana, os alunos matriculados totalizavam 34.011, dos quais 17.101, em instituições organizadas como universidades, o que correspondia, apenas, a cerca da metade do número de alunos inscritos em IES, que incorporavam 11.51 docentes (34,4%), num total de 3.342 em exercício.

Assim, as instituições universitárias participam de maneira bastante desigual do ensino superior, quando se leva em consideração a sua atuação no território. Na RMRJ, participam com um percentual de 74% dos alunos matriculados e de 80% dos docentes, enquanto no “interior”,

esta participação se reduz, respectivamente a 50% e a 34,4%. No que se refere ao trabalho docente, há uma enorme diferenciação interna das IES, tanto no que se refere ao regime de trabalho quanto à titulação. Em primeiro lugar, cabe observar que há no interior do sistema, uma significativa parcela de professores sem mestrado e/ou doutorado, grande parte alocada nos centros universitários, nas faculdades integradas e nos estabelecimentos isolados. Nestas instituições prevalecem os docentes sem pós-graduação *stricto sensu*, bem como, o regime de trabalho em tempo parcial ou de contratação hora/aula. Nas universidades, ao contrário, imperam os contratos de trabalho em regime integral e docentes com qualificação mais elevada: 52,5% dos docentes trabalham em regime integral e 64,2% possuem titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Desta forma é possível afirmar que o sistema de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, caracteriza-se por apresentar uma profunda diferenciação institucional, com a presença significativa de instituições não universitárias. Esta diferenciação institucional manifesta-se de forma desigual no território, com a presença na metrópole carioca e, em sua região metropolitana de alunos e docentes mais qualificados que trabalham em regime integral nas universidades, ao passo, em que no “interior” fluminense há uma forte presença de centros universitários, faculdades integradas e estabelecimentos isolados, que incorporam cerca da metade dos alunos e 2/3 dos docentes, que trabalham em sua grande maioria em regime parcial e apresentam, percentualmente, qualificação inferior ao quadro docente universitário.

Os agentes sociais que respondem por esta geografia do ensino superior no Estado do Rio de Janeiro são o Estado, os agentes confessionais e os capitais privados. A distribuição no território das IES vinculadas a estes agentes, também, ocorre de maneira desigual, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela III- Número de instituições de ensino superior de acordo com a sua natureza, por Regiões de Governo, segundo a sua localização.2000.

	Total	UNIVERSIDADE		Centros Universitários		Faculdades Integradas		Estabelecimentos Isolados	
		RMRJ	Interior	RMRJ	Interior	RMRJ	Interior	RMRJ	Interior
Total	101	15	3	5	2	8	2	46	20
Pública	11	5	1	0	0	0	0	4	1
federal	8	4	0	0	0	0	0	3	1
estadual	3	1	1	0	0	0	0	1	0
Privada	90	10	2	5	2	8	2	42	19

Fonte: Sinopse do Ensino Superior- Graduação- 2000.MEC/INEP.

No que se refere à natureza da instituição (universidades, centros universitários, faculdades integradas e estabelecimentos isolados) e à vinculação política (federal, estadual e privada) é possível verificar que de um total de 101 instituições (11 públicas e 90 privadas).

No setor público são 6 universidades e 5 instituições organizadas sob outra natureza. Das universidades, 4 são federais (UFRJ, UFF, UNIRIO, UFRRJ) e 2 estaduais (UERJ e UENF), que estão localizadas na região metropolitana, com exceção da UENF, sediada no município de Campos dos Goytacazes, na região norte do Estado. Este padrão de concentração espacial repete-se, com as instituições não-universitárias, pois, com exceção do Centro de Educação Tecnológica-Cefet, localizado em Campos dos Goytacazes, todas as outras estão localizadas na cidade do Rio de Janeiro. No ano de 2000, o INEP indicava a existência de 295.993 alunos matriculados, dos quais, apenas 80.435 estudavam nestas instituições (61.663 nas federais e 18.772 nas estaduais), o que corresponde a 27,7%.

No setor privado são 78 instituições não-universitárias e 12 universidades (9 particulares e 3 confessionais): Universidade Católica de Petrópolis, Universidade Santa Úrsula, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade de Nova Iguaçu, Universidade do Grande Rio, Universidade Estácio de Sá, Universidade Gama Filho, Universidade Salgado de Oliveira, Universidade Severino Sombra, Universidade Veiga de Almeida, Universidade Castelo Branco, Universidade Cândido Mendes. Estas universidades concentram-se, também, na RMRJ, excetuando os municípios de Vassouras e Petrópolis, em função da presença de uma universidade particular e outra confessional. As outras instituições encontram-se, distribuídas desigualmente ao longo da rede urbana estadual, estando localizadas principalmente nas cidades mais dinâmicas das regiões do Estado do Rio de Janeiro. Possuíam, em seu conjunto 215.558 alunos matriculados, o que correspondia, em 2000, a 72,3% do total.

A distribuição dos docentes de acordo com a sua vinculação, segundo o contrato de trabalho integral e titulação *stricto sensu*, assim se constituía, no ano de 2000:

Tipo de Contrato	Tempo Integral		Mestrado		Doutorado	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Federal	6486	86,25	2553	33,95	3171	42,17
Estadual	1750	57,32	1219	39,93	885	28,99
Privada	1861	12,08	5422	35,20	1875	12,17

Fonte: MEC/INEP. Sinopse do Ensino Superior. 2000

Os dados da tabela evidenciam que os contratos de trabalho e a qualificação dos docentes do ensino superior apresentam marcantes diferenças quando se comparam as instituições de ensino, segundo a sua vinculação. Em primeiro lugar, ressalta a significativa presença de professores em regime parcial, o que inclui horistas, nas instituições privadas: são 13.542 docentes (87,92%) contra 1.861 (12,08) em regime integral. Em contrapartida, nas instituições públicas, o regime de trabalho integral corresponde a 8236 docentes, o que corresponde a 86,25% nas federais e 57,32% nas instituições estaduais

Os dados revelam que o setor privado possui um grau de qualificação docente muito inferior àquele apresentado no interior das instituições públicas. Nestas, o número de docentes com pós-graduação *stricto sensu* é de 7.828, o que significa 74% do setor. Por outro lado, nas instituições do setor privado, mais da metade dos professores não possuem qualificação superior à pós-graduação *lato sensu*.

II- O Território como condição

O mapa desta geografia do ensino superior, ao mesmo tempo, em que se constitui como um produto histórico da ação dos diferentes agentes sociais, condiciona a ação destes agentes no presente. O território ao condensar e sintetizar ao longo da história as dinâmicas demográficas, a produção e seu movimento, as infra-estruturas, os diversos níveis de renda e o consumo imprime uma dada dinâmica sócio-espacial, e, ao se constituir como herança acaba por favorecer ou obstaculizar a ação dos agentes. No contexto da irradiação do meio-técnico-científico-informacional, engendrado pelo movimento de mundialização do capital, se aprofunda, no Estado do Rio de Janeiro, a divisão social e territorial do trabalho. Esta se caracteriza por uma urbanização cada vez mais alargada, cada vez mais letrada, na qual as regiões e as cidades ganham conteúdos novos, fazendo aumentar a demanda por qualificações gerais e específicas em nível de ensino superior. O quadro de diferenciação institucional e de diversificação dos agentes se expressa neste contexto territorial, marcado por conjugadas estratégias políticas, econômicas, ideológicas e espaciais que, aprofundadas a partir da metade da década de 1990, tendem a privilegiar a reprodução ampliada de capitais investidos na educação superior. A ausência do Estado em quase todas as regiões do Rio de Janeiro e sua reduzida presença relativa na RMRJ e no município de Campos dos Goytacazes, deixa livre o território para a entrada destes capitais investidos no ensino superior. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ao abrigar uma gama extensa de atividades e, por isto, conter uma enorme quantidade de profissões, possibilita a existência de numerosas e diversas unidades de ensino superior, o que vem gerando diferentes estratégias por parte dos capitais privados, que se efetivam pela criação de cursos superiores de curta duração, pela falsa segmentação de cursos tradicionais com novas habilitações, pela criação de novas graduações e, principalmente, por sua expansão territorial, na qual, cada capital particular, cria campi, unidades e cursos nos principais bairros da cidade do Rio de Janeiro e, em quase todos municípios da região.

No interior deste movimento da reprodução ampliada do capital e de um espaço urbano com qualidades novas é que se torna possível situar os dados da tabela II. A existência de alunos matriculados em universidades em regiões (Médio Paraíba, Baía da Ilha Grande, Baixadas Litorâneas e Noroeste Fluminense) que não possuem este tipo de instituição, indica a atuação, nestas localidades, de instituições universitárias com sede fora do espaço regional, por meio do oferecimento de cursos de graduação. Isto, porque, do ponto de vista legal, apenas as instituições organizadas como universidades, em virtude da autonomia constitucional, possuem permissão

para abrir cursos fora de suas sedes. Ao mesmo tempo, vem sendo grande a atuação de alguns segmentos do ensino superior no sentido de flexibilizar esta legislação, objetivando, que instituições não-universitárias também possam ofertar cursos fora da sede, em que estão localizadas, o que gerará, decerto, o aprofundamento da associação de capitais de diferentes dimensões com o objetivo de se estabelecerem em novas localidades, caracterizando uma espécie de “franquia universitária”.

Neste movimento a possibilidade de constituição de um sistema de ensino superior que associe ensino-pesquisa-extensão perde, cada vez mais, condições de possibilidade. A magnitude e os objetivos dos capitais envolvidos no processo de produção desta nova força de trabalho, que o movimento geral de mundialização do capital requer, torna esta associação desnecessária. Trata-se de uma força de trabalho cada vez mais “letrada”, mas que, seja, apenas, operacional no contexto da acumulação, centrada cada vez mais na união entre a técnica e a ciência. O sistema de ensino superior, diferenciado e diversificado, procura ser uma espécie de fábrica, cujo produto é este tipo especial de mercadoria que é a força de trabalho em nível superior, rebaixada a trabalho simples e, cujo valor, é cada vez menor, posto que, o capital que a produziu caracteriza-se por sua baixa composição orgânica, uma vez que prescinde dos pesados investimentos em tecnologia, representados pelos equipamentos destinados a pesquisa.

Para concluir, é preciso afirmar que a universidade brasileira, criada no interior da disputa de diferentes projetos modernizantes e que foi uma meta compartilhada pelo conjunto das forças políticas nacionais, após sete décadas de existência, corre sério risco de desaparecer. Construir uma geografia nova no Brasil é, também, resgatar o projeto de uma universidade crítica que além de responder as necessidades do presente, nele se faça crítica e aponte para o futuro.

BIBLIOGRAFIA

CHARLE, Christophe & VERGER, Jacques. **História das Universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. A expansão do ensino superior: causas e consequências. **Debate & Crítica**. São Paulo, 5:27-58, mar. 1975.

_____ **A Universidade Temporã: da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____ **A Universidade Reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____ **A Universidade Crítica: o ensino superior na república populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

DOURADO, Luiz Fernando & CATANI, Afrânio Mendes (orgs.) **Universidade Pública: políticas e identidade institucional**. Campinas, SP: Autores Associados; Goiânia: Editora da UFG, 1999.

DOURADO, Luiz Fernando & OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas Educacionais e Reconfiguração da Educação Superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz Fernando & CATANI, Afrânio Mendes (orgs.) **Universidade Pública: políticas e identidade institucional**. Campinas, SP: Autores Associados; Goiânia: Editora da UFG, 1999.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000.

GENTILI, Pablo. **Universidades na Penumbra. Neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

READINGS, Bill. **Universidade sem Cultura?** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____ **Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton e, SILVEIRA, Maria Laura. **O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro**. São Paulo: ABMES, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. **Educação Superior. Velhos e Novos Desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar e, SILVA Jr. João dos Reis. **Educação Superior: análise e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2000.

SILVA Jr. João dos Reis e, SGUISSARDI, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf, 1999.

SOBRINHO, José Dias & RISTOFF, Dilvo I. **Universidade Desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade de Ontem e de Hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

TRINDADE, Hégio (org.) **Universidade em Ruínas: na república dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes/ Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 1999.

WEBER, Max. **Sobre a Universidade**. São Paulo: Cortez, 1989.